



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 164/12

Dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da
Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2013.

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X- disposições transitórias;
- XI- demais disposições.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2013, serão estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, desdobradas em ações dos programas a seguir discriminados:

Programa Acesso à Justiça;
Programa Desenvolvimento das Cidades;
Programa Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-CIDADANIA;
Programa Desenvolvimento Sustentável e Abastecimento;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
Programa Educação para Todos;
Programa Energia;
Programa Excelência no Ensino Superior;
Programa Inova Educação;
Programa Morar Bem Paraná;
Programa Paraná Competitivo;
Programa Paraná Inovador;
Programa Paraná Seguro;
Programa Paraná Sustentável;
Programa Paraná Tem Cultura;
Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física;
Programa Proteção e Desenvolvimento Social;
Programa Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;
Programa Saúde para Todo Paraná;
Programa Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;
Programa Universalização do Saneamento Básico;
Programa Gestão Estratégica;
Programa Gestão Administrativa;
Programa Gestão de Serviços;
Programa Gestão Institucional - Outros Poderes e Ministério Público;
Programa Obrigações Especiais;

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

CAPÍTULO II

DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2013, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30/06/2009.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

2013, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 32.259,181.394,00 (trinta e dois bilhões, duzentos e cinquenta e nove milhões, cento e oitenta e um mil, trezentos e noventa e quatro reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2012, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

I -	PODER LEGISLATIVO	5,00%
II -	PODER JUDICIÁRIO	9,50%
III -	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	4,00%

Parágrafo único. Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

Art. 8º Serão incluídas na base de cálculo da Receita Líquida, para estabelecimento dos valores dos Outros Poderes e do Ministério Público, as transferências relativas à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Art. 9º O Poder Executivo destinará na Lei Orçamentária de 2013 para a Defensoria Pública recursos no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).

Art. 10. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2013 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, de acordo com os limites percentuais definidos nos Incisos do art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de Janeiro de 1988, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141/2012, correspondendo para 2013 a 12% (doze por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à participação do Estado na implantação do Sistema de Metrô em Curitiba;
- XIII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 37 desta Lei.
- XIV - o Estado poderá dar incentivo na ampliação e implementação do Instituto Federal do Paraná.

§1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo, que representam os 12% (doze por cento) da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- b) vigilância sanitária;
- c) vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;
- d) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- e) assistência farmacêutica;
- f) educação para a saúde;
- g) treinamento de recursos humanos para a área de saúde em especial para o SUS;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

- h) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde;
- i) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc.;
- j) saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas, prioritariamente em cidades com baixo IDH;
- k) serviços de saúde de penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
- l) atenção especial às pessoas com deficiência e aos idosos;
- m) atenção especial à saúde bucal;
- n) assistência à saúde de usuário de drogas;
- o) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde, indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

§2º Os recursos a que se refere o Inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 11. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2013 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

- 20 - Transferências à União;
- 22 - Execução Orçamentária Delegada à União;
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo;
- 32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 40 - Transferências a Municípios;
- 41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente da Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (não utilizada pelo Estado do Paraná);
- 99 – A Definir (a ser utilizada pelo Poder Legislativo por ocasião da elaboração das emendas ao Projeto da Lei Orçamentária).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;
- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e / ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;
- Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 10 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- Fonte 117 - Transferências da União - SUS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

GRUPO 15 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa/BIRD;
- Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 95 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;
- Fonte 256 - Reposição Florestal - SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 13. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 14. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes, terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO/2013 à Assembleia Legislativa.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do projeto da LDO/2013 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

Art. 17. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 18. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no art. 22, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o art. 133, § 8º, Incisos I e II, da Constituição Estadual;
- VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, Inciso III, da Constituição Estadual;
- VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no art. 133, § 7º, da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:
 - a) Poder Legislativo;
 - b) Poder Judiciário;
 - c) Ministério Público;
 - d) Defensoria Pública;
 - e) Precatórios;
 - f) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - g) Ações e Serviços Públicos de Saúde;
 - h) Ciência e Tecnologia;
- IX - anexo VII - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;
- X - anexo VIII - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;
- XI - anexo IX - contendo os cancelamentos efetuados para suportarem às emendas à despesa; e
- XII - anexo X - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas coletivas.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 19. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no caput deste artigo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 20. Os repasses de recursos aos outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta Lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 21. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os outros Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2012, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 23. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 24. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 25. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas à título de investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - Incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - Incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 26. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 27. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 28. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 29. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 30. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 31. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 32. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais, correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2012, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2012, para serem incluídos no orçamento de 2013, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2012, conforme Art. 98, § 5º da Constituição do Estado do Paraná);
- VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 33. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 34. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 35. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do art. 78, § 2º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 36. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 37. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 38. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Art. 39. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2013:

1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2013, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

CAPÍTULO VI DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar as devidas estimativas de recursos e demais atributos para o período de 2013 a 2015, para as Iniciativas incorporadas ao Plano Plurianual pela Lei Orçamentária de 2012, conforme artigos 5º e 6º da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 41. Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder as adequações aos atributos dos Programas e Iniciativas do PPA, para o período de 2012 a 2015, decorrentes das modificações institucionais aprovadas.

Art. 42. Os ajustes nas Iniciativas dos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas (regionalizadas) e financeiras serão incluídas na Proposta Orçamentária de 2013, de acordo com o art.5º da Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 43. As ações e metas do Plano Plurianual poderão ser objeto de Parcerias Público – Privadas, consoante o disposto no inciso V do art.12 da Lei 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 44. Fica incluído no PPA 2012-2015, na contextualização do Programa Gestão Estratégica, o item: n) Implantação de projetos e obras destinadas a abrigar órgãos públicos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2012, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência;
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes aos deferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 46. No exercício financeiro de 2013, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 47. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES
DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 48. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 49. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidenta Aníbal Khury

possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 50. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, estão incorporadas à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e serão incorporados as mesmas na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2013.

Art. 51. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII - prestar o apoio financeiro necessário à execução das ações voltadas à realização da COPA FIFA 2014;
- IX - à participação do Estado na Implantação do Sistema de Metrô em Curitiba;
- X - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- XI - os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

sedeados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 52. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 53. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 à 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 54. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2012, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- pessoal e encargos sociais;
- II- transferências constitucionais e legais aos municípios, por repartição de receitas;
- III- serviços da dívida;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- IV- PASEP;
- V- demais despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 55. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 56. O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, publicará no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado contendo despesas efetuadas com publicidade.

Art. 57. O Governo do Estado publicará no Diário Oficial, trimestralmente, demonstrativo dos repasses por Universidades e Faculdades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês, disponibilizando-o por meio eletrônico pela Secretaria da Fazenda.

Art. 58. As Universidades Estaduais por Campus publicarão no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado contendo os repasses oriundos do Estado e de outras fontes, o número de alunos presenciais e a distância atendidos, bem como as despesas efetuadas para o desempenho de suas atividades, incluindo a execução de pesquisas.

Art. 59. O Poder Executivo poderá dar continuidade ao programa de expansão do Ensino Superior em parceria com as Universidades Estaduais.

Art. 60. Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 61. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 62. A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 63. O Poder Executivo deverá estabelecer parâmetros de preços relativos à contratação de serviços terceirizados de caráter continuado, visando aprimorar o controle, o acompanhamento e a permanente avaliação das despesas de custeio realizadas por todos os órgãos dos Poderes do Estado.

Art. 64. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementação da agroindústria familiar.

Art. 65. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Estadual de Direitos Humanos.

Art. 66. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 67. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 68. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2012.

DEP. NEREU MOURA
Presidente

DEP. ELIO RUSCH
Relator

Assinatura manuscrita: *Assinatura*
Assinatura manuscrita: *Assinatura*

Assinatura manuscrita: *Assinatura*
20



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2011 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 488, de 07 de fevereiro de 2011. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2011 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 7,15% em relação aos valores previstos na LDO/2011.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 4,60%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescida em 80,66% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais relativas a 2011 - Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Variação %
I Receitas não Financeiras	23.050.849	24.697.809	7,15%
II Despesas não Financeiras	22.280.774	23.306.685	4,60%
III Resultado Primário (I - II)	770.075	1.391.204	80,66%

Fonte: SEFA/SEPL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2009 a 2011 e reprogramadas para 2012.

Tabela 2 – Metas Fiscais 2009-12 - Preços Correntes - em R\$ 1.000				
Discriminação	2009	2010	2011	(1) 2012
I. Resultado Primário Indicado na LDO	777.133	1.225.519	770.075	389.023
II. Resultado Primário Obtido	867.072	954.983	1.391.204	3.751.744
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	89.939	-270.536	621.129	3.362.721
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-721.969	159.482	-402.153	671.371
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.456.774	-351.489	-575.955	670.682
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-734.805	-192.007	-978.108	1.342.053

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado.

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 3 – Metas Fiscais 2009-12 - Preços Constantes de 2012 - em R\$ 1.000				
Discriminação	2009	2010	2011	(1) 2012
I. Resultado Primário Indicado na LDO	858.454	1.278.339	504.306	389.023
II. Resultado Primário Obtido	957.804	935.572	911.070	3.751.744
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	99.350	-342.767	406.764	3.362.721
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-797.518	163.356	-263.361	671.371
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.594.054	2.517.882	-377.181	670.682
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-796.536	2.354.526	-640.542	1.342.053

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2009 a 2015.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2009 a 2015

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB do Brasil (variação %)	-0,30	7,50	2,70	3,30	4,20	4,50	4,50
PIB do Paraná (variação %)	-1,30	8,30	4,00	3,50	5,00	5,00	5,00
Inflação, IPCA (variação %)	4,31	5,91	6,50	5,27	6,20	4,95	4,60
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	1,74	1,67	1,88	1,75	1,75	1,80	1,83

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

[Handwritten signatures and marks]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2012 a 2015, na média de 1,03% do PIB do Paraná, supõe:

- o crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das receitas não financeiras;
- a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2012 a 2015, a preços correntes e constantes de 2012.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2012-15
Resultado Primário

Preços Correntes

DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014		2015	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	28.495.145	10,40	30.934.379	10,22	36.055.989	10,81	38.608.835	10,54
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	28.106.122	10,25	29.797.757	9,84	31.197.006	9,35	30.589.288	8,37
III. RESULTADO PRIMÁRIO	389.023	0,14	1.136.622	0,36	4.858.983	1,46	7.919.567	2,16
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	14.326.238	5,23	15.026.481	4,96	15.568.774	4,67	15.471.226	4,22
V. RESULTADO NOMINAL	670.682	0,24	700.243	0,23	542.293	0,16	-67.548	-0,03

Fonte: SEPL/SEFA

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2012-15
Resultado Primário

Preços Constantes de 2012

DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014		2015	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	28.495.145	10,40	27.933.222	10,22	31.022.344	10,81	31.757.931	10,54
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	28.106.122	10,25	28.906.872	9,84	29.841.705	9,35	29.243.644	8,37
III. RESULTADO PRIMÁRIO	389.023	0,14	1.026.350	0,36	4.180.638	1,46	6.514.286	2,16
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	14.326.238	5,23	13.668.659	4,96	13.395.274	4,67	12.725.951	4,22
V. RESULTADO NOMINAL	670.682	0,24	632.307	0,23	466.596	0,16	-60.239	-0,03

Fonte: SEPL/SEFA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2009 a 2011. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009 (R\$ 1.000)	2010 (R\$ 1.000)	2011 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	3.127.163	3.346.178	2.385.494
ATIVO PERMANENTE	15.689.933	17.945.919	16.778.830
SOMA DO ATIVO REAL	18.817.096	21.292.097	19.164.314
PASSIVO FINANCEIRO	1.837.740	2.177.947	2.173.222
PASSIVO PERMANENTE	20.728.812	18.474.712	18.994.826
SOMA DO PASSIVO REAL	22.066.553	20.652.659	21.168.049
SALDO PATRIMONIAL	-3.249.457	639.439	-2.003.735

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2009 para 2010, uma variação positiva da ordem de R\$ 3.907,3 milhões, que superou o saldo patrimonial anterior, provocando Patrimônio Líquido positivo. De 2010 para 2011, houve uma variação positiva de R\$ 1.636,1 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2009 a 2011, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 5.525,0 milhões, que como consequência favorável apresentou Saldo patrimonial credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela PARANAPREVIDENCIA, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12.398/98, mediante transformação do antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o anteprojeto que resultou na Lei-PR nº 12.398/98, pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o FUNDO DE PREVIDÊNCIA e o FUNDO FINANCEIRO, que passaram a ser geridos pela PARANAPREVIDENCIA.

Para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, englobando os servidores ativos, que na data de publicação da Lei-PR nº 12.398/98, contavam com menos de 50 anos os homens, e 45



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

anos as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o FUNDO FINANCEIRO, que englobou os servidores que na data de publicação daquela Lei eram inativos ou pensionistas, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com idade superior a 50 anos os homens, e 45 anos as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.

Desde a inauguração do novo modelo o Estado do Paraná buscou dar atendimento ao Plano de Custeio estabelecido (Tabela 8), tendo inclusive, transferido à PARANAPREVIDÊNCIA créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

Tabela 8 – Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR nº 12.398/98

Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Cálculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93*	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00
	14%	14%	Total de remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão que exceda a R\$ 1.200,00

* A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total. Para a avaliação do exercício de 2011, foram apurados os percentuais indicados na tabela a seguir, em face do Plano de Custeio vigente.

Tabela 9 – Plano de Custeio Vigente

Tipo de Cobertura	Custeio "Puro" * 1 Vigente (em % da folha de remuneração)
(1) Aposentadorias não Decorrentes de Invalidez	11,52%
(2) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	0,57%
(3) Pensão por Morte	4,14%
(4) = (1) + (2) + (3) Custo Normal Puro	16,23 %
(5) Custeio Suplementar Relativo à Amortização por Perpetuidade dos Serviços Passados	5,70 %
(6) = (4) + (5) Custeio Total Puro	21,93 %

*1 "Puro" significa que o Plano de Custeio, aqui apresentado, não inclui qualquer sobrecarga destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano.

O Custeio Puro de 21,93%, que inclui a contribuição paritária do Estado do Paraná, considera a média original de 10,965% da contribuição dos segurados obtida a partir da taxa escalonada de contribuição de 10% sobre a parcela da renda mensal não excedente a R\$ 1.200,00 e de 14% sobre a parcela da renda mensal excedente aos referidos R\$ 1.200,00. Também, esse custeio de 21,93% pressupõe que sobre a totalidade dos proventos de inatividade e sobre as pensões incidem uma contribuição total (segurado + paridade contributiva do Estado) de 21,93%, sem qualquer exceção.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Ao longo do tempo, a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural e conjuntural. Sob a ótica estrutural, destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição, o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de 10,96%. Do ponto de vista conjuntural, destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais nºs 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo Estado, a reestruturação dos Quadros e Carreiras do Estado. Incorporando às remunerações, proventos e pensões, ganhos e recomposições salariais significativas, bem acima das previsões atuariais.

É importante destacar, também, que em vista dos Convênios firmados, o Fundo de Previdência vem assumindo o oneração com o pagamento dos beneficiários de todos os Poderes do Estado, precisamente, dos segurados classificados para o Fundo de Previdência. O Estado do Paraná é hoje, o único ente federado que possui uma gestão previdenciária centralizada em um único Órgão Gestor.

O cumprimento, pelo Estado, quanto à execução do Plano de Custeio vigente, demonstra um Ativo Líquido vinculado ao Fundo de Previdência na ordem de R\$ 12,3 bilhões, conforme explicitado no Balanço do exercício de 2011 da PARANAPREVIDÊNCIA. É mesmo com a indicação desse ativo, o Parecer Atuarial que trata da situação financeira/atuarial do Fundo de Previdência, emitido pelo atuário externo da PARANAPREVIDÊNCIA, indica a existência de déficit.

A Tabela a seguir - Tabela 10 - demonstra a situação do regime previdenciário do Estado.

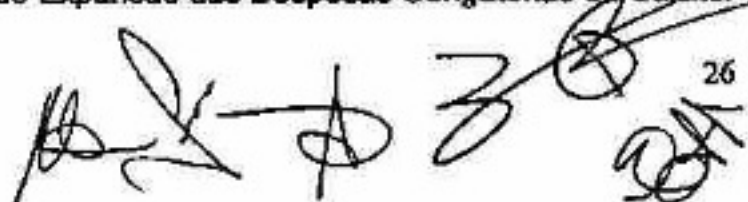
Tabela - 10 Reservas Matemáticas Estimadas

Quadro Comparativo nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Reservas Matemáticas	2009	2010	2011
(1) Benefícios Concedidos	4.045.726.486,51	5.680.679.803,14	7.972.724.054,21
(2) Benefícios a Conceder	10.977.737.837,37	14.406.469.337,90	19.563.886.176,54
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	15.023.464.323,88	20.087.149.141,04	27.536.610.230,75
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(5.442.829.292,00)	(6.354.800.956,00)	(7.945.371.211,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	9.580.635.031,88	13.732.348.185,04	19.591.239.019,75
(6) = (7) - (5) Resultado Técnico	(1.017.846.676,15)	(3.442.130.614,04)	(7.320.089.975,69)
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	8.562.788.355,73	10.290.217.571,00	12.271.149.044,06

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente da receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2013.

Tabela 11 – Saldo da Margem de Expansão em 2013		Em R\$ 1.000
Discriminação	2013	
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	2.554.841	
2. Transferências Constitucionais e Legais	478.990	
3. Saldo (1-2)	2.075.851	
4. Despesas Comprometidas	2.074.695	
Pessoal	315.336	
PASEP	15.689	
Precatórias	37.986	
Participação na Implantação do Metrô de Curitiba	100.000	
Contrapartida de Programas Financiados	67.018	
Ações relativas à COPA FIFA 2014	63.000	
Vinculação aos Outros Poderes	221.052	
Vinculação para a Saúde	798.121	
Vinculação para o Ensino Público	435.219	
Vinculação para a Ciência e Tecnologia	21.272	
5. Margem de Expansão	1.156	



ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2013 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos gerados não definição da Reforma Tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa.

Além do fator acima, temos que considerar a crescente desoneração do IPI, sobre bens duráveis, como por exemplo, a linha branca e recentemente os móveis, o que impactará na Receita de Recolhimento Centralizado, uma vez que diminuirá significativamente as transferências constitucionais para os Estados.

Continua em discussão no Congresso Nacional o estabelecimento do piso salarial para os Policiais Militares, que também podem impactar fortemente nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, trazendo como consequência, além do aumento de folha de pagamentos do Governo Estadual, a real e indesejada possibilidade do descumprimento dos percentuais estabelecidos pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, dos gastos de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

Devemos considerar também, a recente aprovação da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que se tiver aplicação imediata acarretará com que o Estado do Paraná deva acrescentar nos recursos destinados aos dispêndios com ações em saúde aproximadamente R\$ 470 milhões.

A continuar a crise internacional que atinge principalmente os países da zona do Euro, porém, com importantes reflexos na economia mundial como um todo, inclusive com a retração da economia chinesa com quem o Estado do Paraná tem relações comerciais intensas, poderemos ter influência na arrecadação dos impostos estaduais, a exemplo do que acontece quando há quebra de safra agrícola, pois ambos os fatores diminuem o ingresso de recursos na economia paranaense.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício de 2012. A Tabela 11 demonstra, margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 208/12

Cria a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Ficam criadas a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 2º Fica alterada a Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescida do art. 255-A, com a seguinte redação:

"Art. 255-A. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Maringá o seguinte:

1 - No Foro Regional de Sarandi:

a) a 2ª Vara Criminal;

b) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial."

Art. 3º Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

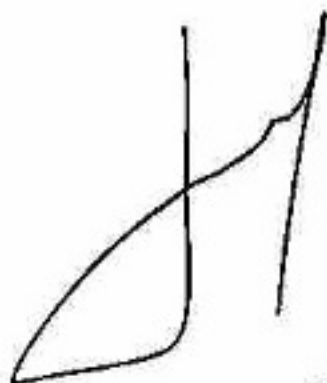
Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



JUSTIFICATIVA:

O Município de Florestópolis, desde de 1951, quando foi criado pela Lei nº 790, está ligado geograficamente e historicamente ao Município de Londrina e com outros Municípios da região, sendo assim, nada mais justo que o referido Município passe a pertencer à Região Metropolitana de Londrina.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 126/2012

Projeto de Lei Complementar nº 126/2012
Autor: Deputados Alexandre Curti.

Súmula: Altera o artigo 1º, da Lei n.º. 081 de 17/06/1988, que foi alterada pelas Leis n.º.s 086/00 e 091/02, que institui a região metropolitana de Londrina.

EMENTA: REGIÃO METROPOLITANA. INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS E PORECATU NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA. POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA APROVAÇÃO. ART. 22 E 65 CE. ART. 25 DA CF. LEI COMPLEMENTAR 111/2005. CONSTITUCIONAL PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA ADITIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de Lei Complementar, de autoria do Deputado Alexandre Curti, visa alterar o artigo 1º da Lei n.º. 081 de 17/06/1988, que foi alterada pelas Leis n.º.s 086/00 e 091/02, que institui a região metropolitana de Londrina, o qual inclui a cidade de Florestópolis na referida região.

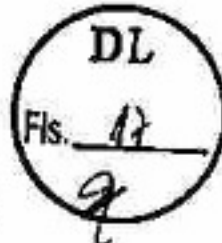
FUNDAMENTAÇÃO

Concedido vista.
Em 24 / 04 / 12
CCJ

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos:

Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

Verificando a nossa Carta Magna, em seu artigo 25 e no §3º, constatamos que a mesma dispõe de autonomia para que os Estados sigam as suas Constituições, bem como, sucessivamente, através de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



legislação complementar o Estado estabelece e normatiza as regiões metropolitanas, que segue:

Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Grifo nosso).

A iniciativa para a proposição das leis complementares está inserida no artigo 65 da Constituição Estadual, o qual se observa:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso).

A Lei Complementar 111 de 11 de Agosto de 2005 disciplina a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, sendo que para que haja a ampliação da Região Metropolitana, devem ser atendidos alguns requisitos que está inserido no artigo 2º da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



mencionada Lei Complementar, as quais correspondem as duas cidades ora objetos da inclusão, vejamos:

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

I - Evidência ou tendência de conturbação;

II - Necessidade de organização, planejamento e execuções de funções públicas de interesse comum; (Grito Nosso).

III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços. (Grito Nosso).

Vislumbra-se, portanto, que o presente Deputado detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

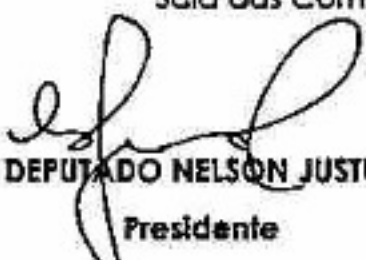


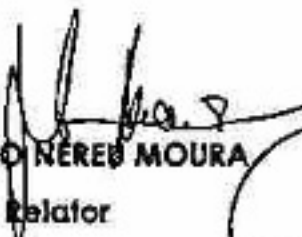
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

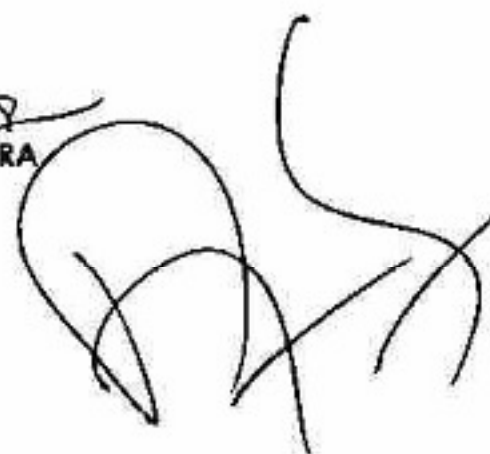


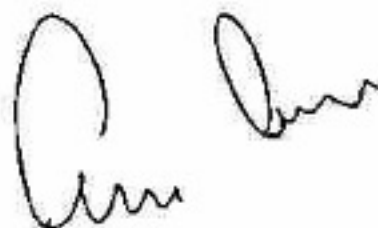
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Aditiva.

Sala das Comissões, 08 de Maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NERES MOURA
Relator







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 126/2012

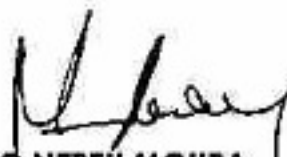
De acordo com o que determinam os artigos 137,§3º e 141, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica acrescido ao artigo 1º o que segue:

Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e seu artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Florestópolis e Porecatu.

Sala das sessões, 08 de Maio de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente



DEPUTADO NEREU MOURA
Relator



COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 126/2012

Projeto de Lei Complementar nº 126/2012 -
"altera o artigo 1º da Lei nº 081, de 17/06/88,
que foi alterada pelas leis nºs 086/00 e 091/02,
que institui a Região Metropolitana de
Londrina"

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Alexandre Curi que "altera o artigo 1º da Lei nº 081, de 17/06/88, que foi alterada pelas leis nºs 086/00 e 091/02, que institui a Região Metropolitana de Londrina" foi protocolada em 28 de março do corrente.

Pretende o autor modificar a Lei Complementar nº 81/1998 (escrito equivocadamente no projeto como 1988), que cria a Região Metropolitana de Londrina. A intenção é ampliar a citada região metropolitana ao incluir o município de Florestópolis. Ao passar pela Comissão de Constituição e justiça recebeu uma emenda incluindo também o município de Porecatu, e portanto recebeu parecer favorável da citada comissão permanente.

Argumenta o autor que o município de Florestópolis, desde sua criação está ligado ao município de Londrina, razão pela qual deveria constar na Região Metropolitana. Não obstante o mérito do citado projeto, em recente decisão desta casa houve uma alteração na citada lei. A lei complementar nº 144 de 05 de abril de 2012 modificou os municípios que constavam da Região Metropolitana de Londrina.

Desta forma, a proposta do autor, aliado à emenda proposta pela CCJ deverá se adequar ao novo ordenamento. Assim, sugere-se o substitutivo geral contemplando a proposta do autor e a da CCJ, mas partindo das modificações mais recente da Lei Complementar nº 144/2012.

Diante de todo o exposto, e na certeza de que a inserção dos municípios de Florestópolis e Porecatu a Região Metropolitana de Londrina irá legalizar o que de fato observa-se, somos, s.m.j., pelo parecer FAVORÁVEL, na forma do substitutivo geral anexo.

Sala das comissões, 16 de maio de 2012.

Dep. LUIZ EDUARDO CHIEIDA
Relator

Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Substitutivo Geral ao Projeto de Lei Complementar nº 126/12


Súmula: "altera o artigo 1º da Lei nº 081, de 17/06/98, que foi alterada pelas leis nºs 129/2010 e 144/2012, que institui a Região Metropolitana de Londrina, incluindo os municípios de Porecatu e Florestópolis"


Art. 1º fica alterado o art. 1º da Lei Complementar nº 081, de 17 de junho de 1998, que foi alterada pela Lei Complementar nº 144/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"art. 1º Fica instituída, na forma do art. 25, §3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiçara, Rolândia, Sertãozinho, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis e Porecatu, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas."

Art. 2º esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 16 de maio de 2012.


Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator


Dep. Toninho Windscheer
Presidente da Comissão







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS


PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 126/12

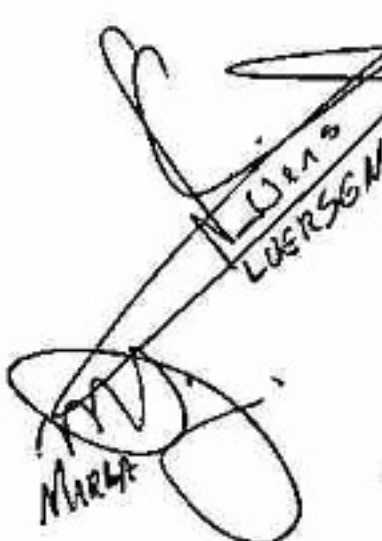
O presente Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Alexandre Khury tem por finalidade alterar o artigo 1º da Lei nº 018 de 17/06/88, que foi alterada pela Lei nºs 086/00 e 091/02, que instituiu a Região Metropolitana de Londrina.

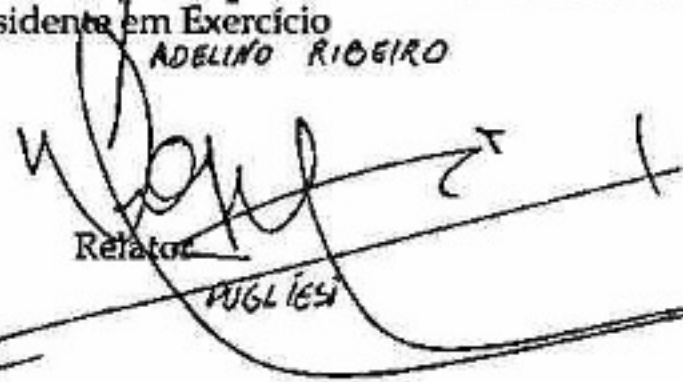
Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.


É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 2012.


Presidente em Exercício
ADELINO RIBEIRO


LUERSEN


Relator
PUGLIESI


MARIA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 126/12

Projeto de Lei Complementar nº 126/12

Autor da emenda: Comissão de Assuntos Metropolitanos.

Súmula: Altera o art. 1º, da Lei nº 081, de 17/06/1998, que foi alterada pelas Leis nºs 086/00 e 091/02, que institui a Região Metropolitana de Londrina.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS. POSSIBILIDADE ARTS. 29, 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria do Deputado Alexandre Curl, tinha como objetivo alterar o art. 1º, da Lei nº 081, de 17/06/1998, que alterada pelas Leis nºs 086/00 e 091/02, que institui a Região Metropolitana de Londrina, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Nereu Moura.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Assuntos Metropolitanos, de autoria do Deputado Luiz



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Eduardo Cheida. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossas)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda substitutiva geral foi proposta pelo relator na Comissão de Assuntos Metropolitanos.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fis. 37

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pela Comissão de Assuntos Metropolitanos de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 2012.

Carlo Quintana
vice

Deputado NELSON JUSTUS
ausente
Presidente

Deputado NEREU MOURA
Relator



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº

245/12

Súmula: Reajusta, conforme específica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Fica concedido reajuste no percentual de 5,1% (cinco vírgula um por cento) na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervalos, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

§ 1º. A aplicação do percentual a que se refere o caput deste artigo corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2011 e abril de 2012.

§ 2º. O disposto nesta lei se aplica aos inativos originários do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003 sem paridade assegurada.

§ 3º. Ficam reajustados, no mesmo percentual, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no artigo 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10.687, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º. A concessão do reajuste nos percentuais fixados no artigo anterior e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2012 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. As tabelas dos Anexos I, II, III, IV e V da Lei nº 16.867, de 12 de julho de 2011, atualizadas pela Lei nº 16.868, de 12 de julho de 2011, passam a vigorar com os valores dos Anexos I, II, III e IV da presente lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ



ANEXO I

TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA I	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO	
NÍVEL	Reajuste 5,10%
1	R\$ 1.481,47
2	R\$ 1.515,46
3	R\$ 1.550,98
4	R\$ 1.587,31
5	R\$ 1.624,49
6	R\$ 1.662,55
7	R\$ 1.701,50
8	R\$ 1.741,37
9	R\$ 1.782,16
10	R\$ 1.823,93
11	R\$ 1.866,82
12	R\$ 1.910,36
13	R\$ 1.955,14
14	R\$ 2.000,94
15	R\$ 2.047,81
16	R\$ 2.095,76
17	R\$ 2.144,90
18	R\$ 2.195,14
19	R\$ 2.246,54
20	R\$ 2.299,20
21	R\$ 2.353,08
22	R\$ 2.408,17

TABELA II	
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO	
NÍVEL	Reajuste 5,10%
1	R\$ 2.445,10
2	R\$ 2.502,37
3	R\$ 2.561,03
4	R\$ 2.621,03
5	R\$ 2.682,43
6	R\$ 2.745,29
7	R\$ 2.809,63
8	R\$ 2.875,42
9	R\$ 2.942,80
10	R\$ 3.011,75
11	R\$ 3.082,33
12	R\$ 3.154,57
13	R\$ 3.228,45
14	R\$ 3.304,09
15	R\$ 3.381,50
16	R\$ 3.460,74
17	R\$ 3.541,82
18	R\$ 3.624,78
19	R\$ 3.709,73
20	R\$ 3.796,66
21	R\$ 3.885,61
22	R\$ 3.976,68

TABELA III	
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR	
NÍVEL	Reajuste 5,10%
1	R\$ 4.663,15
2	R\$ 4.772,45
3	R\$ 4.884,23
4	R\$ 4.998,67
5	R\$ 5.115,81
6	R\$ 5.235,67
7	R\$ 5.358,32
8	R\$ 5.483,86
9	R\$ 5.612,38
10	R\$ 5.743,87
11	R\$ 5.878,45
12	R\$ 6.016,18
13	R\$ 6.157,15
14	R\$ 6.301,39
15	R\$ 6.449,03
16	R\$ 6.600,13
17	R\$ 6.754,77
18	R\$ 6.913,02
19	R\$ 7.075,01
20	R\$ 7.240,78
21	R\$ 7.410,45
22	R\$ 7.584,06



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Reajuste 5,10%

GRATIFICAÇÃO	Nº DE MÊSES	VALOR
GF 1	30	R\$ 228,65
GF 2	30	R\$ 304,83
GF 3	30	R\$ 381,05



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÕES DE
REPRESENTAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO

Reajuste 5,10%

DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$ 653,91	R\$ 998,46
DAS-2	R\$ 577,15	R\$ 876,01
DAS-3	R\$ 537,90	R\$ 818,41
DAS-4	R\$ 459,93	R\$ 698,11
DAS-5	R\$ 420,69	R\$ 638,48
Assistente 1-C	R\$ 271,47	R\$ 159,53
Assistente 2-C	R\$ 250,72	R\$ 147,34
Assistente 3-C	R\$ 231,44	R\$ 136,02



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

TABELA DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS
ESPECIAIS

SÍMBOLO	CORRESPONDÊNCIA	Reajuste 9,10%
DAS-1	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR NÍVEL 22	R\$ 7.584,06
DAS-2	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 90% DO NÍVEL 22	R\$ 6.825,65
DAS-3	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 80% DO NÍVEL 22	R\$ 6.067,25
DAS-4	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 70% DO NÍVEL 22	R\$ 5.308,84
DAS-5	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 60% DO NÍVEL 22	R\$ 4.550,44
1-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO NÍVEL 22	R\$ 3.976,68
2-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 90% DO NÍVEL 22	R\$ 3.579,01
3-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 80% DO NÍVEL 22	R\$ 3.181,34



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe o reajuste de 5,1% (cinco vírgula um por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervalos, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

A presente proposta consubstancia reposição salarial e encontra amparo na revisão geral anual, assegurada pelo inciso X, do art. 27, da Constituição do Estado, a todos servidores estaduais, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio do ano em curso, data base da categoria instituída pelo art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009. Impende salientar que, por conta desta garantia constitucional, tramita nessa egrégia Assembleia Legislativa projeto de lei dispondo sobre a concessão de semelhante reposição aos servidores do Poder Executivo (Projeto de Lei nº 205/2012).

A aplicação do percentual de 5,1% (cinco vírgula um por cento), extensível aos servidores inativos e pensionistas, (art. 1º, §§ 2º e 3º), corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2011 e abril de 2012.

Impende ressaltar que, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 345.370,26 (trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta reais e vinte seis centavos), corresponde a um acréscimo de 1,33% (um vírgula trinta e três por cento), tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14.12.2011), conforme Informação nº 1041/2012, do Departamento Financeiro - DFI.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 1040/2012) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição (computados os ativos e inativos) no presente exercício (maí/dez), será de 0,014% (zero vírgula zero quatorze por cento) em relação à receita corrente líquida, passando com este acréscimo para 1,606% (um vírgula seis zero seis por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial).

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 29 de maio próximo passado.



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da recomposição anual (5,1%) dos vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto do Anteprojeto de Lei encaminhado com o Ofício nº 986/12-GAB, de 1º de junho do ano em curso, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011 (Lei Orçamentária Anual), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Curitiba, 1º de junho de 2012.

Gilberto Giacola
Procurador Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

PROTOCOLADO : 9133/2012
INTERESSADO : DGP - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
ASSUNTO : Encaminhamento de Documentação

INFORMAÇÃO Nº 173/2012

Senhor Subprocurador-Geral da Justiça:

Em atenção ao contido no inciso I, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos abaixo o quadro demonstrativo do incremento referente ao reajuste salarial, no percentual de 5,10% (cinco vírgula dez por cento), dos servidores efetivos e comissionados deste Ministério Público do Estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2012:

	mai/12	Jun-dez/12 13ª Sal. 2012	2013	2014
Incremento Reajuste	R\$ 345.370,26	R\$ 2762.962,08	R\$ 4.489.813,39	R\$ 4.489.813,39

Informamos ainda, que o respectivo incremento representa 1,33% (um vírgula trinta e três por cento) do total da folha de pagamento mensal, com base em abril/2012.

Curitiba, 18 de maio de 2012.

Angela Terezinha Meira Farias
Diretora do Departamento de Administração
Financeira de Recursos Humanos

Luiz Carlos Costa
Chefe da Divisão de
Folha de Pagamento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO Nº 1041/12

PROTOCOLO Nº 9133/12 - MP/PR

ASSUNTO: Reajuste Salarial dos Servidores - 5,1% a partir de maio de 2012.

Senhor Subprocurador-Geral:

Informo a Vossa Excelência que existe disponibilidade orçamentária e financeira, no valor de R\$ 3.108.332,34 (três milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos).

Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.03091434.010 - Administração dos Serviços do Ministério Público, no elemento de despesa 3190.1102 - Vencimentos e Vantagens Fixas dos Cargos de Provimento Efetivo, para os servidores ativos e 0901.09272999.004 - Encargos com Inativos, no elemento de despesa 3190.0109, para servidores Inativos.

Informa-se na oportunidade, que despesas com Pessoal e Encargos estão previstas na Lei Orçamentária Anual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 18 de maio de 2012.

Maria Priscila Mazarotto Thome
Diretora

Visto: 18/05/12

Orçamentário -



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO FINANCEIRO



INFORMAÇÃO : Nº 1040/2012

PROTOCOLO : 9133/2012 - MP/PR

ASSUNTO : IMPACTO RELATIVO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM FACE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REFERENTE A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - ABRIL/2012.

I - DO LIMITE DE 2%

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único; quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90 % -, são vedados:

- I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II. criação de cargo, emprego ou função;
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V. contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

II - DO CÁLCULO DO IMPACTO

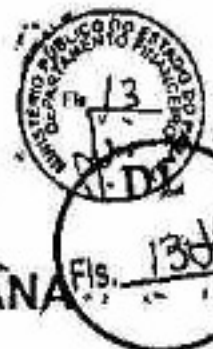
a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e tem os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício de 2012 com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2011.

b) A situação para o exercício de 2012, antes do cálculo da despesa em análise, é a seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO



Período	RCL	Despesa Realizada					
		Dedução do Fundo Fin.	% da RCL	Dedução de Pensionistas	% da RCL	Dedução do Fundo Prev.	% da RCL
Mai/11 a Abr/12	20.657.569.842	300.205.453	1,453%	294.861.502	1,427%	272.170.099	1,318%
Set/11 a Ago/12	20.978.700.748	337.524.871	1,609%	333.279.488	1,589%	310.580.340	1,480%
Jan/12 a Dez/12	21.337.552.811	364.586.187	1,709%	361.962.072	1,696%	339.620.982	1,592%

c) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 345.370,26 mensais para os meses de maio a dezembro/2012 incluindo o 13º salário, e R\$ 4.489.813,39 anuais para os exercícios de 2013 e 2014, conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Dedução do Fundo Fin.	% da RCL	Dedução de Pensionistas	% da RCL	Dedução do Fundo Prev.	% da RCL
Mai/11 a Abr/12	20.657.569.842	300.205.453	1,453%	294.861.502	1,427%	272.170.099	1,318%
Set/11 a Ago/12	20.978.700.748	338.906.352	1,615%	334.860.947	1,595%	311.901.821	1,487%
Jan/12 a Dez/12	21.337.552.811	357.694.519	1,723%	365.070.404	1,711%	342.729.314	1,606%

d) Se autorizada, a despesa em questão corresponderá a 0,014% do gasto total com pessoal no exercício de 2012 em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2012) de R\$ 21.337.552.811,41.

É a informação.

D.F. 18 de maio de 2012.

Maria Priscila M. Thome

Diretora do Departamento Financeiro



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL

Ofício nº 986/2012-GAB

Curitiba, 1º de junho de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUN. 2012

marco
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências,
Em, 04/06/2012

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

[Assinatura]

Gilberto Giacola

Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14236 04-06/2012 003308 MP ASSINATUR LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 245/12

Projeto de Lei nº 245/12
Autor: Ministério Público

Súmula: Reajusta, conforme específica, o vencimento básico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: REAJUSTE DOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa reajustar o vencimento básico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 34
5

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 25
5

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, (grifos nossos)

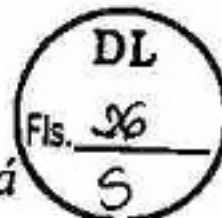
No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, a lei disporá sobre sua organização e funcionamento, (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além do mais, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 27
5

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

DEPUTADO CAIO GUINETANA

PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 245/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público – Ofício nº 986/12 e objetiva reajustar, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a Iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o reajuste de 5,1% (cinco vírgula um por cento) é relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2011 e abril de 2012, e, o reajuste proposto, ainda alcança os servidores inativos e pensionistas.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela PARANAPREVIDÊNCIA, nos casos que lhe couberem.

Salienta-se ainda, que o proponente da matéria, ressalta que a concessão do reajuste e a implantação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2012 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$345.370,26 (trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta reais e vinte e seis centavos), corresponde a um acréscimo de 1,33%, tendo a referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14/12/11), conforme Informação nº 1041/2012, do Departamento Financeiro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/06/12

DEPUTADO FRANCISCO BUNNER
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR

PROJETO DE LEI Nº 247/2012

Súmula: Altera o art. 2.º da Lei n.º 13.393, de 21 de dezembro de 2001, bem como adota outras providências.

Art. 1.º O art. 2.º da Lei n.º 13.393, de 21 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

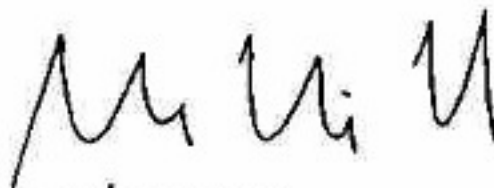
“Art. 2.º O Núcleo Regional de Dois Vizinhos será integrado pelos municípios de Dois Vizinhos, na condição de sede, e os de Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge do Oeste e Nova Esperança do Sudoeste.”

Art. 2.º Fica criado na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB 01 (um) cargo de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de maio de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura
e Abastecimento

DE
Fs
03/12

INFORMAÇÃO Nº 052/2012

PROTOCOLO: 11.300.212-3

ASSUNTO: CRIAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DA SEAB NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.

Ao GPS:

Conforme solicitado na Informação Técnica 053/2012, seguem abaixo as despesas fixas da ULSAV de Dois Vizinhos:

Despesas Fixas:

- Água (Sanepar): R\$ 62,00 (sessenta e dois reais);
- Luz (Copel): R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais);
- Telefone (Oi Telecom): R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais);
- Processamento de dados (Oi Telecom): R\$ 362,54 (trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos);
- Limpeza (Rogério Galina): R\$ 1.927,44 (mil novecentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos);
- Monitoramento Eletrônico (Inviolável Vale do Iguaçu) R\$ 256,03 (duzentos e cinquenta e três reais e três centavos);
- Combustível (Posto Dois Vizinhos Ltda) R\$ 1.140,00 (mil cento e quarenta reais);
- Manutenção de Veículos (Sander) R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- Imóvel: Próprio.

Somado as despesas totais: R\$ 4.568,01 (quatro mil, quinhentos e sessenta e oito reais e um centavo), sendo este valor mensal.

Informamos que o Núcleo Regional de Dois Vizinhos irá utilizar o mesmo imóvel (prédio próprio) onde se encontra hoje instalada a ULSAV de Dois vizinhos, implicará um aumento de despesas, em alguns itens:

- Água (Sanepar): R\$ 30,00 (trinta reais) previsão de aumento no consumo, devido ao aumento do número de funcionários;
- Luz (Copel): R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) previsão de aumento no consumo, devido ao aumento do número de funcionários;
- Telefone (Oi Telecom): R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) previsão de aumento no consumo, devido ao aumento do número de funcionários;

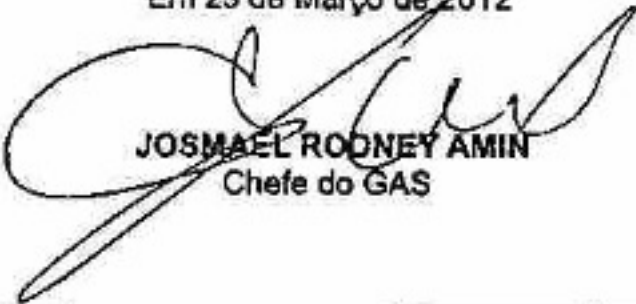


GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Agricultura
e Abastecimento

- **Combustível** (Posto Dois Vizinhos Ltda) R\$ 600,00 (seiscentos reais), inclusão de 02 veículos;
- **Manutenção de Veículos** (Sander) R\$ 300,00 (trezentos reais), inclusão de 02 veículos.
- **Despesa Mensal com material** (Gêneros alimentícios, Higiene, Limpeza, expediente) R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Sendo assim necessário acrescentar recursos no valor de R\$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais) para suprir as novas necessidades do referido Núcleo Regional.

Em 23 de Março de 2012


JOSMAEL RODNEY AMIN
Chefe do GAS

Mjc/Gas

INFORMAÇÃO Nº 112/2012

INTERESSADO: Direção Geral – DG/SEAB

ASSUNTO: Criação de Núcleo Regional

Em atenção a solicitação da Direção Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – DG/SEAB, através do processo 11.300.212-3 de 01 de março de 2012, visando a instalação do Núcleo Regional de Dois Vizinhos criado pela Lei 13.393/2001 e o Despacho da SEPL na página 10, informamos que a previsão de despesas efetuada pelo Grupo Administrativo Setorial GAS/SEAB encontra-se nas páginas 13 e 14 do presente pleito e somam um acréscimo de despesas mensais de R\$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais), uma vez que o presente Núcleo irá instalar-se na Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAV, cuja demanda já é atendida pela atualmente.

Informamos este impacto mensal de despesas não ultrapassarão as previstas para a manutenção desta pasta constantes na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 17.012 de 14 de dezembro de 2011, provenientes da Fonte 100 – Ordinário Não Vinculado, nas seguintes Dotações:

- Dotação Orçamentária 6502.20122414.253 – Gestão Administrativa – SEAB,
- Dotação Orçamentária 6502.20605424.260 – Gestão de Serviços – SEAB.

Encaminhe-se a Direção Geral/SEAB.

É a informação.

Curitiba, 30 de março de 2012

Thalita Ferrari
Thalita Ferrari,
CHEFE DO GPS.

ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GERAL
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DEDETAMENTO DE DESPESA
ODD - ODETA
SÍNTESE MENSAL DE CREDITO

COFOPRIMA
Banco do Brasil
30/03/12 12:08:44



Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
Unidade: ODETA GERAL
PROV.ATIVO ORÇ.ESP: CREDITO DE R\$M CCS - SPM
Data: 0502 20090604 280

Recursos Operacionais em R\$ 1,00							
Natureza da Fonte Despesa	Item	Operante Inicial (1)	Operante Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Operatório (4)=(2)+(3)	Total Disponível (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)
CLC. D. CORR.							
30003600	100	3.274.510	491.177	2.783.333	3.274.510	491.177,00	0,00
	IT	3.274.510	491.177	2.783.333	3.274.510	491.177,00	0,00
T O D. CORR.		3.274.510	491.177	2.783.333	3.274.510	491.177,00	0,00
	IT	3.274.510	491.177	2.783.333	3.274.510	491.177,00	0,00
	OF						
TOTAL		3.274.510	491.177	2.783.333	3.274.510	491.177,00	0,00

Recursos Bancários Sociais	Juros e Encargos de Dívidas	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização de Dívidas	Total Geral
		3.274.510				3.274.510
T		3.274.510				3.274.510
OF		3.274.510				3.274.510
IT						

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA - Nº 112/2012
(Instituída pelo Decreto nº 753/2003)

I – Eu, Otamir César Martins, Portador do RG. Nº 783.724-5 SSP/PR, e CPF 171.633.829-87, atualmente no cargo Diretor Geral, na qualidade de Ordenador de Despesas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, DECLARO que a despesa abaixo identificada está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, Lei Nº 17.013/2011 e na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012 nº 17.012/2011, bem como preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, e não haverá impacto na manutenção do Órgão/Unidade.

II – Refere-se instalação do Núcleo Regional de Dois Vizinhos criado pela Lei 13.393/2001. As despesas correrão a conta da unidade orçamentária abaixo indicada:

Dotação Orçamentária: 8502.20122414.263 – Gestão Administrativa – SEAB
Dotação Orçamentária: 8502.20805424.260 – Gestão de Serviços – SEAB
Fonte de Recurso: 100 – Ordinário Não Vinculado
Valor mensal: R\$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais)

III – Declaro ainda, que a despesa não ultrapassará os limites orçamentários do exercício de 2012, e por se tratar de despesa continuada, fará parte do orçamento dos exercícios subsequentes.

Curitiba, 30 de março de 2012


Otamir César Martins,
DIRETOR-GERAL.

MENSAGEM N.º 028/2012

Curitiba, 30 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando a alteração da Lei n.º 13.393, de 21 de dezembro de 2001, que autorizou a criação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, com sede no município de Dois Vizinhos.

Conforme dispõe o artigo 2.º da Lei n.º 13.393/2001, o Núcleo Regional de Dois Vizinhos deveria ser composto pelos municípios de Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge D'Oeste.

Com a presente proposta, pretende-se alterar a composição do futuro Escritório Regional, sendo este composto dos municípios de Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge D'Oeste.

Com a possibilidade de criação deste Núcleo pelo Poder Executivo Estadual, através da referida Lei, o Escritório Regional da SEAB atuará como uma unidade administrativa, em caráter regional, subordinada a um Chefe de Núcleo Regional.

É importante ressaltar que a ação administrativa no âmbito da ação direta realiza-se com a observância da programação e controle de resultados da coordenação funcional, da regionalização administrativa e descentralização do processo decisório e da subordinação da estrutura organizacional aos objetivos, fixadas pelo art. 73 da Lei n.º 8485/87.

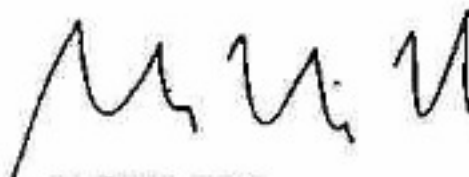
Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Inph/cil prot. 11.300.212-3

O objetivo principal da administração direta com a descentralização do processo decisório é a busca de respostas operacionais rápidas do Governo, por meio de deslocamento, permanente ou transitório, do órgão competente para o local mais próximo ao ato ou fato gerador de situações e eventos que necessitem de decisão, conforme o art. 83 da sobre dita Lei.

Para que possamos alcançar estes objetivos, e com o intuito de que o Poder Executivo atenda cada vez melhor as reivindicações de seus municípios, observando a realidade de cada região, demonstra-se necessária a aprovação da criação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento com sede em Dois Vizinhos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício

JS



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUN. 2012

[Signature]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de maio de 2012
OF CEE/G 115/12

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 30/05/2012

[Signature]
Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei objetivando a alteração da Lei n.º 13.393, de 21 de dezembro de 2001, que autorizou a criação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, com sede no município de Dois Vizinhos.

Atenciosamente,

[Signature]

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado em exercício

Anejo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JUL



REQUERIMENTO



SÚMULA: REQUER REGIME DE URGÊNCIA PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI N. 247/2012.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, no uso de suas prerrogativas legais, REGIME DE URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei n. 247/2012, oriundo da Mensagem n. 028/2012 – "Altera o art. 2º. da Lei no. 13.393 de 21 de dezembro de 2001, bem como adota outras providências".

Sala de sessões, em 05 de junho de 2012.

ADEMAR TRAIANO
Deputado Estadual

ROSE "LITRO"
Deputada Estadual

Anote-se a Junta e a Proposição de referência

06/06/2012

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

Jome
Anotar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 247/12

Projeto de Lei nº. 247/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 028/12

Súmula: Altera o art. 2º da Lei nº 13.393, de 21 de dezembro de 2001, bem como adota outras providências.

EMENTA: ALTERAÇÃO NAS SEDES DO NÚCLEO REGIONAL DE DOIS VIZINHOS. CRIAÇÃO DE 01 (UM) CARGO DE CHEFE DE ESCRITÓRIO. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar o art. 2º da Lei nº 13.393, de 21 de dezembro de 2001, alterando os Municípios que integram o Núcleo Regional de Dois Vizinhos da Secretaria de Estado e Abastecimento, bem como, criar 01 (um) cargo de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e dos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Reservado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



financeira; uma vez que foram devidamente apresentadas tais informações.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de Junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRIANO
RELATOR

Costa Quintana
vice-presidente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 247/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 028/12 que objetiva a alterar o art. 2º da Lei nº 13.393, de 21 de dezembro de 2001, alterando os Municípios que integram o Núcleo Regional de Dois Vizinhos da Secretaria de Estado e Abastecimento, bem como, criar 01 (um) cargo de Chefe Escritório Regional, símbolo DAS-5.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão vem acompanhada da Informação nº 052/2012, por meio do protocolado nº 11.300.212-3, e ainda da Informação nº 112/2012, informando que o impacto mensal de despesas não ultrapassarão as previstas para a manutenção desta pasta constantes na Lei Orçamentaria Anual – LOA nº 17.012 de 13 de dezembro de 2011. Com tais informações



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



verificamos que o Projeto em questão atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Sendo assim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLISI
RELATOR



COMISSÃO DE AGRICULTURA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 247/12

Projeto de Lei nº 247/12

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 028/12

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por objetivo alterar o art. 2º da Lei nº 13.393, de 21 de dezembro de 2001, alterando os Municípios que integram o Núcleo Regional de Dois Vizinhos da Secretaria de Estado e Abastecimento, bem como criar 01 (um) cargo de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS - 5.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei visa alterar p art. 2º da Lei nº 13.393, de 21 de dezembro de 2001, bem como adota outras providências.

Com a presente proposta, pretenmde-se alterar a composição do futuro Escritório Regional, sendo este composto dos municípios de Dois Vizinhos, Cruzeiro da Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge D'Oeste.

O principal objetivo da administração direta com a descentralização do processo decisório é a busca de repostas operacionais rápidas do Governo, por meio de deslocamento, permanente ou transitório, do órgão competente para o local mais próximo ao ato ou fato gerador de situações e eventos que necessitem de decisão, conforme o art. 83 da sobredita lei.



Assembléia Legislativa do Estado do PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 33


XX


Com o intuito de atender melhor as reivindicações de seus municípios, observando a realidade de cada região, demonstra-se necessária a aprovação da criação do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento com sede em Dols Vizinhas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude da grande importância da matéria em questão, para os Municípios e para o Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 2012.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR


LUPION


WELTER

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná